

A nova vida do velho centro

nas cidades
portuguesas
e brasileiras

Organização:
José Alberto V. Rio Fernandes e
Maria Encarnação Beltrão Sposito

Coimbra: a organização da cidade e o centro histórico urbano

Norberto Santos
FLUC/CEGOT

1. A cidade espaço com vida

Na sua obra, de 1980, Beaujeu-Garnier (1983) procura definir o que é a cidade para o geógrafo. Acaba referindo que a cidade é o elemento fundamental da organização do espaço, tal como sublinha a importância das relações sistémicas. Estas são ideias fortes que orientam a leitura a efetuar do texto que abaixo se encontra escrito. A cidade é, cada vez mais, um puzzle de lugares que apresenta uma complexidade significativa de relações, de funcionalidades, de estilos de vida, de culturas, de arquiteturas, de centros, de periferias, de densidades, de espaços, de paisagens, de imagens, de políticas, de intervenções, de reabilitações e de revitalizações. Ainda assim, é possível encontrar na cidade heterogénea a homogeneidade que permite a sua interpretação; os mecanismos, processos e sistemas que orientam o ordenamento; a investigação, o conhecimento, a informação e as parcerias que promovem o planeamento e constroem os cenários, entre a história encoberta, emblemática, tradicional e identitária e o futuro criador, inovador e global.

Pile (2005) afirma que o que é real em relação às cidades é a expressividade pura e a paixão da sua vida (Pile, 2005, 2). Utiliza para dar uma interpretação mais vincada a esta ideia as referências de Park (1925, citado por Pile, 2005), que afirmava que a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, de atitudes organizadas e sentimentos inerentes a esses costumes que são transmitidos com esta tradição. A cidade é uma construção artificial que está envolvida no processo vital das pessoas que a compõem, é um produto da natureza e particularmente da natureza humana.

Esta expressão ganha significado também com Reynaud (1981) que refere que as classes vão para além das suas definições socioeconómicas e ganham expressão espacial. A territorialidade e a funcionalidade urbanas são aspetos que influenciam os estilos de vida das pessoas e o modo organizacional das instituições. De facto, Reynaud (1981) afirma que as cidades e as suas áreas de influência podem ser caracterizadas como classes socio-espaciais, manifestação tanto da identidade de uma população, como de um conjunto de modos de relação social ou, ainda, de um espaço construído com mobilidades e acessibilidades específicas (Santos; 2001).

“O espaço urbano torna-se, por conseguinte, num espaço definido por uma organização social e por uma extensão espaço-tempo, delimitado ao mesmo tempo por um mercado de emprego e uma unidade relativa da vida quotidiana. A dualidade da ação e a dualidade da estrutura surgem, deste modo, preenchidas no espaço social urbano, fazendo dos atores em ação, presentes ou ausentes, ao mesmo tempo sujeitos e produtos dos contextos socio-espaciais. Neste processo, vemos cada indivíduo ‘posicionar-se ao mesmo tempo, no curso da vida de todos os dias, na duração do seu tempo de vida e na duração do tempo institucional, da estruturação supra-individual das instituições sociais (Giddens, 1987: 35)’” (Gama, 1996: 431).

Esta dinâmica e integração em tempos e espaços tão diversos e simbióticos promove a divisibilidade das classes socio-espaciais, num número mais ou menos numeroso, de outras classes, em função da própria escala de análise. Todavia, importa para melhor compreender os mecanismos de organização do espaço, efetuar um agrupamento resultante das relações entre as diferentes classes (Reynaud, 1981, 31). Esta abordagem pode ser concretizada em concordância com Pile (2005, 2), que afirma que algo sobre a vida da cidade se presta a ser lido como se ela tivesse um estado de espírito, uma personalidade, como tendo um modo particular ou um sentimento, privilegiando certas atitudes e formas de socialização. Também Tuan (1974) está de acordo com o facto de o sistema de crenças de muitas culturas incentivar a convicção da existência de um espírito do lugar. Neste sentido, os monumentos públicos, especialmente densificados na cidade, criam lugares dando relevo e um ar de significado às localidades. A cidade funciona então como criadora e agregadora de marcos territoriais, como vemos acontecer em Coimbra.

Cada um dos lugares é um pequeno mundo, um centro de poder e saber em relação à sua envolvente, os laços afetivos vão para além dos seres humanos e transmitem-se aos lugares. Efetivamente, com a repetição da experiência o sentir do lugar é interiorizado (*gets under our skin*) no decorrer do dia-a-dia e os lugares tornam-se extensões de nós próprios – não apenas um palco, mas personagem conosco. A cidade é um espaço de expressão superlativa destas vivências. Ao realizar as rotinas diárias vai-se regularmente de um ponto para o outro. Esta necessidade implica caminhos, perante a diversidade e sobreposição desses itinerários, com o tempo emerge uma rede de nós e ligações que fica impressa no nosso sistema de percepção, afeta as nossas expectativas corporais (Tuan, 1974). Assim, é normal que seja definido um campo de hábitos onde nos movemos confortavelmente com o mínimo de mudanças e com associações que estão intimamente ligadas às nossas memórias.

Esta interpretação ganha especial significado com a valorização da 'classe criativa' (Florida, 2005), que segue a referência que nos é legada por Hall (1988) quando se refere à *rousificação* (*rousification*), baseada no investimento com base em parcerias publico-privado, promovendo a exclusão da cidade da economia industrial, alicerçando o ordenamento e a criação de espaço urbano no novo setor dos serviços e, ainda e não menos importante, também "baseado no novo conceito de reutilização adaptativa: a reabilitação e reciclagem de velhas estruturas físicas para novos usos" (Hall, 1996: 350).

Assim, a classe criativa, associada à ideia de cidade criativa, permite a nobilitação de lugares na cidade, fundamental para que a "gente que hoje joga o papel decisivo na economia — os engenheiros, gestores e outros profissionais detentores de elevados níveis de capital cultural e económico — procure 'respirar o ar' dos artistas" (Ley, 2003, citado por Brito-Henriques et al., 2012). Está-se a valorizar aquilo que Soja (1989 e 2010) refere como uma viragem sem precedentes. Começa a interpretação do espaço e da espacialidade da vida humana com o mesmo caráter crítico e poder interpretativo dado tradicionalmente ao tempo e à história, por um lado, e à sociedade e às relações sociais, por outro. Trata-se da introdução de uma terceira perspetiva crítica associada à imaginação espacial, ao "fazer geografias". Esta teoria entronca no conceito de plasticidade do lugar, que tem a ver com a "capacidade, que uns territórios possuem mais que outros, de mudarem, inovando, sem todavia perderem a sua coerência e identidade" (Brito-Henriques et al., 2012), ancoradas na diversidade, na tolerância e na participação.

A percepção orienta as decisões e influencia a inserção social, económica e cultural em vizinhanças, em comunidades e na sociedade em geral. Nesta perspetiva, torna-se mais fácil entender que revelar as qualidades emocionais da vida na cidade também vai exigir um sentido mais amplo do que é original e invulgar nas cidades, sendo necessário dar atenção tanto ao seu conteúdo como às suas expressões culturais (Pile, 2005, 3). Esta interpretação parte, tendencialmente, da identificação do modo como as pessoas estruturam o seu espaço de proximidade e como definem os seus níveis de conforto. Os lugares, quer pela identidade que as pessoas estabelecem com eles, quer pelo seu poder em termos de sedução e atratividade, quer pela importância funcional e simbólica que apresentam, oferecem ao indivíduo a caracterização da sua vivência quotidiana urbana. Não é por isso despicienda a dotação dos lugares em

equipamentos e infraestruturas, porque estes são elementos qualificadores e diferenciadores, tanto ao nível administrativo, como científico ou, ainda, e não menos importante, a nível cultural e de lazer.

Coloca-se, pois, a questão que é sugerida por Lefèbvre (1970, 85), como definir a vida quotidiana? É a melhor e a pior das coisas. Passa pela apropriação, pelos seres humanos, da vida em geral pela sua própria vida particular. Passa pela transformação das necessidades em desejos e "a socialização e humanização da necessidade vão a par com a individualização do desejo, mas não sem conflitos" (Lefèbvre, 1970, 86). Na realidade, "o que é real, então, sobre as cidades é tanto emocional como físico, tanto visível como invisível, tanto movimento lento como aceleração continuada, tanto coincidência como conexão" (Pile, 2005, 3).

A diversidade de espaços públicos e de representações simbólicas (construídas, monumentais e intangíveis), apenas visionada ou crescentemente participada, é identitária para a cidade. No caso das cidades que não detêm primazia urbana ou que mantêm valores quantitativos de elementos funcionais intermédios, a diversidade, a autenticidade e singularidade inovadora são indispensáveis para o seu posicionamento estratégico.

2. Coimbra: uma cidade média

O planeamento e o ordenamento, têm que ter em consideração não apenas os residentes e os utilizadores, mas também o modo como eles percebem o espaço que os envolve. Dessa percepção depende a maior ou menor agradabilidade do uso do espaço, o ajustamento dos espaços construídos às necessidades, desejos e interesses das pessoas. Quer dizer, "os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não são apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dela, participando com os outros num mesmo palco" (Lynch, 1996) (Santos, 2003).

A posição geográfica de Coimbra é simultaneamente estratégica e periférica. Daqui resulta uma dualidade de situações que em nada tem ajudado o desenvolvimento da cidade e da sua região. É evidente um investimento que procura materializar as relações entre as áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa. Todavia, a realocação de alguns serviços têm contribuído para a fuga de qualificações diversas: a direção do Turismo Centro de Portugal que se realociza em Aveiro, a delegação regional do Instituto Geográfico Português que passa para Castelo Branco, o encerramento da delegação de Coimbra da Agência Lusa, o desinvestimento no Metro Mondego. De igual modo apresentam-se como fugas de oportunidades a alteração do projetos Comboio de Alta Velocidade e a alteração da localização do aeroporto da Área Metropolitana de Lisboa da freguesia da Ota (Alenquer, para a de Porto Alto (Samora Correia).

Se Coimbra tem conseguido alguma coesão e cooperação entre no policentrismo regional interurbano do Centro Litoral de Portugal, na verdade há uma falta de incremento significativo do investimento na promoção nas relações entre o litoral e o interior (este-oeste). A preocupação do poder central e a atuação das áreas metropolitanas vão no sentido de dar expressão a uma relação macrocéfala (bicefalia) norte/sul dificultando a capacidade de intervenção de Coimbra que mantém fracas acessibilidades tanto ao litoral como ao interior este do Portugal Central.



Figura 1. A descoincidência de limites na cidade de Coimbra.
 Fonte: Freiria, 2009

A cidade é um elemento espacial complexo que integra uma grande diversidade, quantidade e qualidade de funções, dependente de um poder executivo, no caso de Portugal autárquico, que gere, com base em políticas setoriais e com governâncias multifuncionais, um território de proximidade, delimitado por fronteiras espaciais. No caso de Coimbra, os limites espaciais apresentam uma expressão ambígua, devido à diferenciação existente entre a leitura política autárquica e as unidades territoriais de base estatística. Na verdade, como se pode ver na Figura 1, os limites de Coimbra são descoincidentes e isso é normalmente motivo de indefinição ao nível da intervenção dos diversos agentes a atuarem no território.

Ainda assim, Coimbra é a cidade que potencialmente apresenta uma maior capacidade de se afirmar a nível nacional fora das duas áreas metropolitanas, contribuindo para a criação de uma rede urbana multipolar.

Planos de Ordenamento Urbano

Na atualidade, embora a cidade tenha um limite definido, o espaço urbano da Coimbra abrange quase todo o seu concelho. A cidade de velha situada num morro circular e nessa época cercada por uma muralha, cresce e aproveita o ajustamento à topografia onde nasceu. Martins (1983) afirma que essa topografia é, nesta cidade de antanho, motivo de cisão entre estudantes e futricas (da parte Alta e da parte Baixa, respetivamente) afirmando o caráter pitoresco da “junção de velhos núcleos arrabaldinos à traça moderna dos bairros novos, dos muitos jardins intercalados na massa do casario, do prestígio das pedras lavradas, das flores que há por todos os recantos” Martins (1983).

Dos projetos urbanísticos de Coimbra, o do arranjo do Bairro de Santa Cruz, resultado da compra pela Câmara Municipal da quinta do mosteiro crúzio, em 1885, (Alarcão, 1999) foi aquele que permitiu a ligação entre a Alta e a Baixa por fora de portas, aproveitando o vale da ribeira da Ribela, que viria a constituir a Av. Sá da Bandeira. É no final do século XIX, devido à intervenção do Dr. Lourenço de Almei-

da Azevedo, que se projetam, para além da referida Avenida, a Praça da República, a rua homónima do Presidente da Câmara e o envolvimento de uma ampla área verde, o Parque de Santa Cruz (*Plano Geral de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz – Av. Sá da Bandeira / Bairro de Santa Cruz*, do Eng.º Adolfo Loureiro) que levou, em 1894, à conclusão da Penitência. Simultaneamente, na década de 1890, a rede ferroviária tem já ligação entre o Sul e o Norte e com as Beiras e a Figueira da Foz.

Antes do plano de Étienne de Groer (*Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra, 1940*) (Fernandes, 2008) foram concretizados quatro projetos de expansão: a encosta de Montes Claros, a Cumeada (com o Penedo da Saudade), a área de S. José e a zona norte da parte baixa. (Av. Fernão de Magalhães). Os carros americanos e a tração elétrica são fundamentais nesta expansão que aproxima os lugares suburbanos do Calhabé (ao lado do qual cresce o bairro de S. José), Celas (muito próximo de Montes Claros) e os Olivais⁹⁵.

De Groer defendia a *cidade dispersa planeada*, sendo influenciado pelos países do norte da Europa e pelas ideias de Ebenezer Howard, assumindo para Coimbra uma opção por densidades baixas em oposição à densificação construtiva e em altura. Identificou 7 áreas para controlo urbanístico, arquitetónico e paisagístico que seriam as áreas de expansão urbana (Bairro da Conchada e Montarroio, Bairro de Montes Claros, Bairro de Santa Cruz, Bairro de Celas, Bairro de Santo António dos Olivais, Subúrbio do Calhabé, Subúrbio de Santa Clara), que correspondiam a aldeias da periferia da cidade. Assim, a primeira metade do século XX solidifica aquela que viria a ser a organização interna da cidade de Coimbra no início do século XXI, entre o centro histórico e os arrabaldes que viriam a ser partes constituintes da cidade contemporânea.

Em 1953, Almeida Garrett apresenta um Plano Regulador que, à proposta de De Groer acrescentava as *comunicações*. Aprovado só em 1964 (Fernandes, 2008), rapidamente se mostrou ultrapassado. Facilitador da iniciativa privada residencial e industrial, deu ênfase ao património arqueológico, artístico e ambiental, propondo para Coimbra uma valorização das atividades económicas industriais. Cria, todavia, uma separação clara entre a cidade central e as suas extensões, definido para esta um tratamento urbanístico diferenciado e orientado para a separação vincada entre urbano e rural, pois neste a Câmara não estaria obrigada à dotação de infraestruturas: água, esgotos, eletricidade.

Costa Lobo apresenta o Plano de Urbanização de Coimbra (1970) e o Plano Geral de Urbanização, de 1974, o primeiro orientado para o concelho e para o crescimento periurbano e o segundo mais ajustado à cidade. Assume a existência de uma dispersão urbana da cidade, em detrimento do centro da cidade (Alta e Baixa), devido à disseminação da construção. Este crescimento periurbano, acontecia mormente nas zonas de S. José, Santo António dos Olivais e Pedrulha, chegando, de forma linear à Adémia e a Souselas (a Norte) e a Ceira (a Leste). A freguesia de Santo António dos Olivais, e liderava a atividade construtiva, enquanto S. Martinho do Bispo, Santa Clara, Eiras e Sé Nova estagnavam nessa atividade.

Assim, a cidade cresce nos núcleos antigos (Coimbra e Santa Clara), e perifericamente de modo tentacular ao longo da Linha do Norte, na direção de Taveiro, pela margem esquerda do rio, sendo Eiras a concentrar o crescimento a norte. Para sul, Cernache via o seu crescimento obliterado pelos obstáculos orográficos de Banhos Secos.

O Plano de 1974 evidencia a consolidação do crescimento da margem esquerda do Mondego, assumindo Costa Lobo que essa evolução ficava a dever-se, em muito ao processo de “expansão urbana de iniciativa privada (...) um dos principais pelo qual a cidade de Coimbra se tinha vindo, e possivelmente, continuaria ainda a desenvolver-se” (CMC, 1974).

O Plano Diretor Municipal (1994), com Jorge de Carvalho como “Assessor de Planeamento Urbanístico”, valorizou manutenção dentro do perímetro urbano da produção de espaço urbano, enquanto

⁹⁵ “Em 1930, a área de Coimbra tinha duplicado; crescera a população para 27 333 habitantes, ou seja um aumento demográfico de 50,6%, ao fim das duas primeiras décadas da centúria” (MARTINS, 1983: 73).

definiu as zonas de Reserva de Urbanização. Porém, não foi precavida a qualidade do espaço urbano quanto às funções de acessibilidade (circulação, transportes, estacionamento), ao desenho urbano e na articulação com as áreas adjacentes. Contrariamente à ideia de cidade difusa de Costa Lobo, foi defendido que a centralização da cidade era uma desvantagem, porque impossibilitava o aparecimento de outros centros bem equipados no concelho. Ainda assim, surge como o primeiro instrumento de ordenamento a propor um equilíbrio de crescimento e desenvolvimento urbano com base em intervenções ponderadas na cidade central e na periferia urbana. As intervenções bem conseguidas surgem na Quinta da Várzea, na Quinta das Lages, na Quinta das Lágrimas, no Vale das Flores, na Quinta de S. Jerónimo, na Solum e na Zona Industrial de Taveiro. Com referência inversa surgem o Bairro do Ingote e o Bairro da Rosa, o Vale dos Tovins, as Zonas Industriais do Loreto, Pedrulha e Eiras e a Zona Industrial de Vilela-Fornos, entre outros, que continuam a necessitar de intervenções significativas.

O Plano Estratégico de Coimbra (2009), lançado em 2005 e associado às empresas Deloitte e Vasco da Cunha, propôs, para além da definição do posicionamento na rede urbana nacional, a identificação dos fatores de excelência existentes (capital humano e cultural, polo científico e tecnológico, núcleo de Saúde, relacionamento internacional, dotação de equipamentos e serviços de nível superior) e das intervenções críticas e imperativas (dinamização da sua base demográfica, recomposição produtiva e social, reabilitação do centro histórico e reforço da coesão urbana) com o intuito de qualificação da imagem, da funcionalidade e da vivência urbana (PEC, Documento Base, 2009). Assim é preciso valorizar o Centro Histórico na sua dupla expressão de lugar simbólico, para os turistas, e de campo de vivências, para a população que aí reside, sabendo que existe um esvaziamento populacional e alguma degradação urbana, um dos pontos a melhorar em relação aos turistas que visitam Coimbra. O enquadramento da museologia e do património na candidatura da Universidade de Coimbra a património mundial da Unesco é fulcral para atingir este desiderato.

Como potencialidade é preciso identificar os recursos e produtos turísticos existentes na cidade e envolvência; do rio Mondego à topografia da cidade, da monumentalidade às repúblicas estudantis, dos espaços verdes às tradições culturais e religiosas, dos equipamentos hoteleiros e de negócios à vivência académica.

É neste âmbito que o PEC identifica como objetivos estratégicos:

“o desenvolvimento integrado dos ativos da Saúde, numa envolvente empresarial dinâmica; a densificação económica da região, com empresas integrando um elevado grau de I&D, a revitalização de Coimbra como destino turístico diferenciado, a redefinição urbana da Cidade, potenciando os atuais vazios urbanos e privilegiando a centralidade do Rio Mondego” (PEC, Documento Base, 2009).

A organização interna da cidade de Coimbra.

A cidade organiza-se em torno da colina que inclui o Centro Histórico, com a Alta, universitária, e a Baixa, de comércio tradicional. A Baixa, é limitada, a oeste, pelo rio e, por outro pelas ruas Ferreira Borges, Visconde da Luz (entre a Praça 8 de maio e o Largo da Portagem), e a rua Sofia. Esta parte da cidade histórica é prolongada para a margem esquerda até aos Mosteiros de Santa Clara e ao Convento de São Francisco, que se integram no que normalmente se denomina Rossio de Santa Clara e que integra também o Portugal dos Pequenitos.

No centro inclui-se também a Alta, onde se situa a Universidade (o Paço das Escolas e os edifícios do Estado Novo). A ligação entre estas duas partes do Centro da cidade é feita tanto pelo Quebra-costas (da Porta de Almedina à Casa dos Melos – atual, antigo edifício da Faculdade de Farmácia), como pelas Couraças (de Lisboa a sul e dos Apóstolos a norte) e mais recentemente, desde finais do século XIX, pela Av. Sá da Bandeira, que torna a Praça da República num centro nevrálgico da vivência urbana, a meio caminho entre o rio e a Cumeada (nos Olivais)

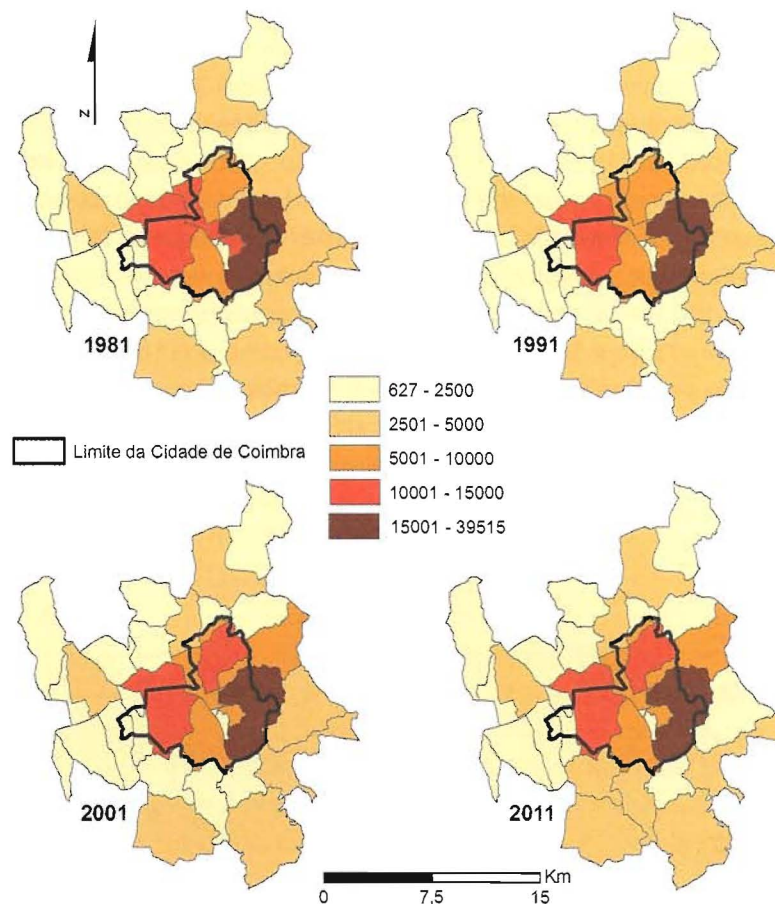


Figura 2. Evolução da população residente no Concelho de Coimbra, por Freguesias, 1980 a 2011.
 Fonte INE, Portugal.

Quando analisamos a população da cidade no seio do concelho, ao longo dos últimos 40 anos, é possível identificar alguns elementos de mutação na distribuição espacial. A dinâmica populacional do concelho está intimamente relacionada com a cidade, já que são as freguesias urbanas ou parcialmente urbanas que apresentam os maiores valores populacionais. É bem visível a importância da Freguesia de Santo António dos Olivais (castanho escuro), assim como a redução da população nas freguesias do centro antigo. Almedina e São Bartolomeu, já antes de 1981, apresentavam valores muito reduzidos de população, enquanto Santa Cruz e Sé Nova vão perder população ao longo dos últimos 30 anos. Efetivamente, a população parece aglutinar-se em três freguesias que apresentam um dinamismo socioeconómico assinalável (Santo António dos Olivais, a leste; São Martinho do Bispo, a oeste, e Eiras, a norte). A primeira integra uma parte significativa dos serviços à população e das áreas comerciais, correspondendo à cidade nova. Ainda com muitos espaços intersticiais não construídos, na sua parte mais baixa (Vale das Flores) foram implantados centros comerciais sub-regionais (cfr. Figura 3). Entre este centro e S. José temos o Bairro Norton de Matos (inicialmente Marechal Carmona, que integrou uma parte significativa da população desalojada da Alta, a quando da construção das novas faculdades). Este Bairro foi, nos últimos anos, revitalizado por uma procura assente numa população que desejava viver no centro da cidade, com grande acessibilidade e num ambiente sem a pressão dos grandes condomínios e das grandes densidades populacionais. S. José ou Solum (nome da empresa promotora que iniciou a implantação de construções nestas áreas da cidade, nos anos sessenta do século passado) é também onde se encontram os equipamentos desportivos de referência da cidade (Estádio Municipal, Pavilhão Multides-

portos, Piscina Olímpica, Gimnodesportivos e as instalações do Organismo Autónomo de Futebol – AAC). Também nesta área se localizam duas das escolas secundárias de referências da cidade (Avelar Brotero e Infanta Dona Maria) que com as Escolas José Falcão e Quinta das Flores (onde se encontra o moderno Conservatório de Música de Coimbra), também dentro dos limites desta freguesia, constituem o núcleo duro da qualidade do ensino público ao nível do secundário. Na beira-rio foi implantado o Pólo II da Universidade (Tecnologia) e loteamentos residenciais de classes médias-altas, enquanto uma área mais antiga, localizada na parte alta, associada a Celas e à Cumeada, integra o Polo III da Universidade (Polo da Saúde) e serviços médicos particulares e comércio de qualidade.

S. Martinho do Bispo assume-se como uma freguesia onde o povoamento se encontra mais difuso na cidade de Coimbra. Santa Clara e S. Martinho funcionam como aglutinadores de serviços na margem esquerda, sendo a primeira associada ao desporto, novas formas comerciais (Fórum – Coimbra) (Figura 3) e a monumentalidade que entronca no seu Rossio, e a segunda associada a um conjunto de serviços que tinham como função servir a população da margem esquerda do rio Mondego.

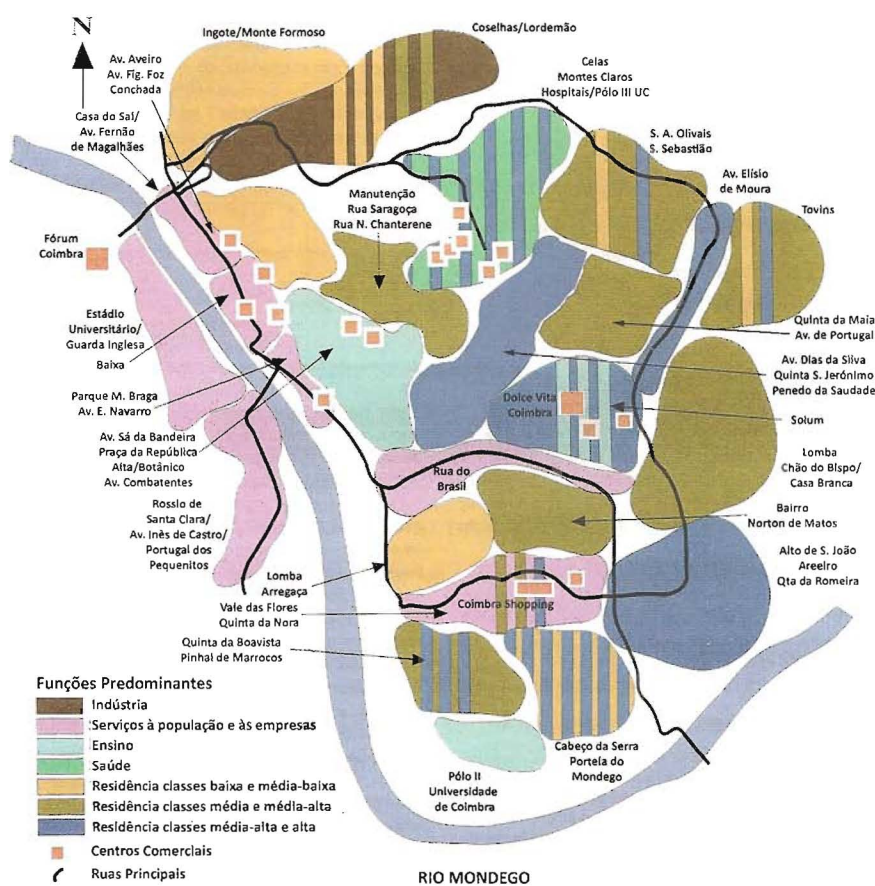


Figura 3. O mosaico urbano de Coimbra. Espacialidade das funções predominantes.
Fonte: Adaptado de Santos, 2001

Claro está que o Hospital dos Covões é a principal estrutura, com serviços de hospital regional. Todavia, há ainda que juntar a este a Escola Superior de Tecnologia da Saúde e Escola Superior de Enfermagem, ligadas à educação, tal como o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e o Instituto Superior Bissaya Barreto, que se constitui, também, como um dos principais espaços para a realização de congressos na cidade. Ao nível privado salienta-se a presença de investimentos relacionados com a saúde (que potenciam a qualificação da cidade neste cluster) como são a Bluepharma (antiga Bayer) e o Centro Cirúrgico de Coimbra. Ainda em

S. Martinho, ao nível do desporto encontramos o Centro Hípico de Coimbra, junto ao rio, equipado com campo de obstáculos, campo de horseball, picadeiro, boxes e pistas de corridas. Referência ainda para a Piscina Municipal Luís Lopes da Conceição, no centro da localidade que dá nome à Freguesia, e dos campos de futebol e da Associação de Râguebi, que conta também, nos espaços da ESAC, com um campo preparado para a prática deste desporto.

Eiras era uma freguesia agrícola devido aos terrenos férteis no vale da Ribeira de Eiras. Todavia, na atualidade é uma freguesia com grande dinâmica industrial e com diversos núcleos habitacionais associados à uma população que não podendo adquirir residência noutras áreas da periferia da cidade ou na cidade encontra na sua parte norte terrenos e habitação mais barata.

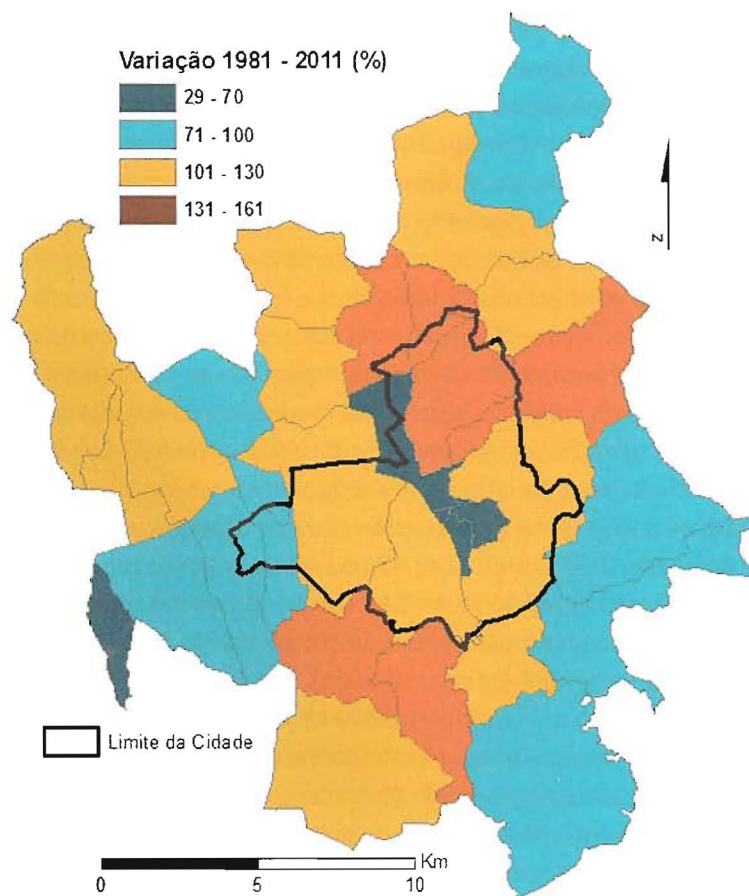


Figura 4. Variação da população residente, entre 1981 e 2011.

Fonte: INE, Portugal

Para complementar a análise dos dados populacionais importa efetuar a leitura da Figura 4. A variação de população, por freguesias, entre 1981 e 2011, evidencia um dinamismo de duplo sentido. Percebe-se um duplo movimento: do centro para a cidade exterior e da periferia do concelho para os subúrbios. Afirma-se o despovoamento do centro da cidade, coincidente com a cidade antiga, com o centro histórico (Freguesias de São Bartolomeu, de Almedina e de Santa Cruz) e com a sua extensão na parte alta em direção a Celas e São José (freguesia da Sé Nova). Na realidade estas duas áreas apresentam uma vivência urbana com causalidades bastante díspares. A Baixa atrai uma população muito eclética (afastando contudo uma população com rendimentos superiores, que não encontra aí os produtos e serviços que procura ou porque confrontada com um ambiente pouco controlado e de alguma insegurança) já que é aqui que estão os grandes interfaces e pontos de saída de número significativo de transporte pú-

blicos (rodoviários e ferroviários). A estrutura comercial reflete isso mesmo ao apresentar uma grande diversidade mas sem grandes marcas, também porque parte significativa dos usuários destes espaços e serviços são do norte e oeste do concelho, muitos deles trabalhadores domésticos, do comércio, funcionários públicos e de serviços básicos, muito associados à restauração e serviços pessoais.

Por outro lado, a Alta integra um número significativo de população temporária – estudantes universitários. Para além de aí residirem, a Alta é também o ponto de encontro para muitas das atividades académicas e da noite coimbrã, que tem no estudante um dos elementos fulcrais, em termos de clientela. Esta realidade atenua a redução populacional e o envelhecimento significativo da população residente nesta área. Todavia, devido ao facto de os estilos de vida de estudantes e restante população (predominantemente idosa) serem muito díspares, surgem problemas diversos, sendo os associados ao ruído, especialmente ao barulho noturno, aos comportamentos pelo efeito do álcool e ao lixo nas ruas os mais significativos.

Na organização interna da cidade, os espaços verdes são uma mais-valia para Coimbra. Elemento de sustentabilidade ambiental, são frequentados pela população como áreas de lazer, de passeio, de descanso ou de desporto, mostrando-se fundamentais na boa organização do espaço urbano e na qualificação das condições de vida da população. Salientam-se o Parque Manuel Braga, na margem direita do rio, que com o Parque Verde, na sua ligação entre as duas margens, permitiu tornar o rio num espaço de acesso público e de qualificação urbana. Fronteiro à Praça da República, o Parque de Santa Cruz, também conhecido por Jardim da Sereia, ganhou nos últimos anos um *facelift* com a melhoria da acessibilidade e revalorização funcional, tanto do parque desportivo aí existente, como com o tratamento de passeios e a integração, na proximidade da fonte, da Casa de Chá, espaço de restauração e sociabilização. Ainda no interior da cidade está o Penedo da Saudade, espaço de memória dos estudantes de Coimbra e miradouro sobre S. José, espaço verde situado no alinhamento da Av. Marnoco e Sousa e Av. Dias da Silva, uma das áreas de residência de classe alta na cidade. A Av. Marnoco e Sousa permite, precisamente, acesso ao Jardim (ao estilo neo-clássico) e Mata (grande diversidade de espécies exóticas) do Botânico (1772), criado por iniciativa do Marquês de Pombal. Com 13 ha, ocupa a parte sul da colina da Universidade da Alta da cidade ao Mondego, quase ligando-se ao Parque Verde nas suas margens.

Com uma imposição mais linear temos a alameda da Av. Sá da Bandeira integrada no arranjo urbanístico do Bairro de Santa Cruz (1889) (acima referido), tendo, em 1928, sido acrescentado o Jardim central que lhe deu a atual morfologia. Mais recentemente, resultado das intervenções de valorização da sustentabilidade urbana, foi criado um corredor verde, o Parque Linear do Vale das Flores (2001), espaço público de lazer, que integra uma ciclovia/circuito pedonal, um espaço polidesportivo com piso em relva artificial e diversos equipamentos orientados para o recreio dos mais jovens, numa das áreas de maior dinâmica comercial de Coimbra e com residência de classes médias-altas.

Ainda como espaços verdes, mas menos centrais, estão o Jardim da Casa do Sal, na saída Norte, aproveitando uma parte do leito de cheia da Ribeira de Lordemão, permitindo reduzir o impacto de uma área de indústrias e armazéns a que se associa uma circulação automóvel muito intensa e uma malha rodoviária muito densa. Por seu lado, a Mata Nacional do Choupal (79 ha) está na proximidade da Estação Velha (Coimbra-B) e é a porta de passagem para os Campos do Mondego, bordejando o rio numa extensão de 2 Km, desde as obras de regularização do rio pelo Eng. Padre Estevão Cabral (1791). Na parte Alta, acima dos Tovins (a este da cidade) está o Parque de Vale de Canas, que terá sido a Mata do Rei e Coutada da Casa Real de Bragança. Hoje são 16 ha de mata e áreas de lazer com percursos natureza e parques de merendas.

Os bairros sociais de Coimbra

A opção pela construção de bairros sociais denota, claramente, a existência de dois períodos, na direta dependência do *status quo* político. Primeiramente, foram as políticas de construção de bairros

sociais do Estado Novo salazarista; seguidamente, foi a democracia pós 25 de Abril, que retomou a construção de bairros sociais para dar à população condições de vida, promovendo o direito de todos a habitação condigna, na perspetiva da valorização do Estado Providência. Em Coimbra estas políticas tiveram um impacto muito importante na organização da cidade e no desenvolvimento do espaço construído. Na primeira fase, mormente bairros de moradias com um ou dois pisos e destinados a uma família, tendo sido designados tanto para as classes de menores rendimentos como para aquelas que apresentavam rendimentos médios. "As casas económicas construídas pelo Estado Novo pretendiam ser baseadas nos supostos valores e modos de vida tradicionais da população portuguesa. Elas representariam um certo modelo de viver rural transplantado para a cidade" (Teixeira, 1992). Com o Governo de Marcelo Caetano e no período pós 25 de Abril, são os prédios de 3 e 4 andares que predominam nestes bairros e, no caso da Urbanização Quinta das Flores, de 1984, na Rua Paulo Quintela, com oito andares, relacionado com os retornados e a organização cooperativa, mas hoje na posse da Câmara Municipal de Coimbra.

Ao longo do século XX estes bairros foram muito importantes enquanto assentamentos populacionais que vieram a cristalizar em torno de si outras construções, infraestruturas e equipamentos. Em relação ao presente, tanto podem ocorrer mudanças significativas na estrutura socioeconómica da população, como a manutenção das características de alguma segregação, exclusão e baixos níveis de rendimento da população aí residente. Estes bairros foram um instrumento eficaz de conquista urbana de espaços rurais porque a sua construção correspondeu ao aproveitamento de solos nos subúrbios urbanos ou na proximidade de grandes polos de emprego (industrial e de transportes), deixando ou levando para a periferia da cidade (hoje áreas completamente integradas na cidade) a população de baixos rendimentos e uma população de rendimentos médios

Já desaparecido é o Bairro Operário Bispo-Conde, bairro operário construído no final do Século XIX e demolido em 1955. Estaria integrado, hoje, numa das áreas de classes médias e médias-altas, denotando a evolução que tem sofrido a afetação espacial de Coimbra em termos socioeconómicos.

Todavia, em alguns bairros as características socio espaciais foram mantidas. Nessa situação está o Bairro da Santa Casa da Misericórdia, na Conchada, destinado a famílias pobres, datando a sua inauguração de 1941. Sofreu várias intervenções e ainda hoje alberga uma população com baixos rendimentos, na proximidade do principal cemitério da cidade. Em 1998 teve intervenção camarária, através do programa Prohabita tendo sido construídos três blocos de três pisos.

Também o Bairro do Loreto, na Pedrulha, junto da zona industrial e destinado a operários, mantém uma população predominantemente de classe média-baixa. Inaugurado no mesmo ano do Bairro da Misericórdia (construído entre 1935 e 1941 sob o nome Bairro das Casas Económicas do Loreto) já foi denominado Bairro Dr. Bissaya Barreto, mas é hoje conhecido como Bairro do Loreto. Destinado a famílias pobres teve um investimento significativo em serviços e urbanismo devido à intervenção de Bissaya Barreto (Casa da Criança -1940, que funcionou como creche para as crianças aí residentes, e Instituto de Cegos - 1969, que teve valências de Educação Especial e Lar de Apoio a que se associa um desenho urbano tipo cidade-jardim). Um pouco mais a sul estava o Bairro da Estação de Caminhos de Ferro, também na Pedrulha, construído depois de 1943 junto à linha de caminho-de-ferro.

Em 1946, o Bairro da Fonte do Castanheiro, na Arregaça, foi destinado a operários, tendo sido construídas 100 moradias, na secção virada a norte do meandro abandonado do Mondego, pouco atrativo para a construção de habitações para as classes de maiores rendimentos. Em Santa Clara foi também construído em bairro social destinado a operários.

De modo desigual, o Bairro de Celas ou Bairro das Sete Fontes, em Celas, não mantém a socioespacialidade do momento da sua construção. Foi destinado a receber uma classe média-alta de desalojados da Alta, a partir de 1945 e até 1947, quando começa a sua construção. A sua planta circular concêntrica permite uma fácil identificação nas plantas da cidade, tendo sido durante muitos anos o lugar central

das festas dos santos populares em Coimbra. Integra-se hoje na área da cidade de maior oferta de serviços de saúde.

Por seu turno, o Bairro Norton de Matos (primeiro do Calhabé, depois Marechal Carmona), foi construído para receber funcionários públicos, entre 1945 e 1953, e integrado no Plano de De Groer. Uma segunda fase construtiva permitiu a integração do Centro de Recreio Popular do Bairro Marechal Carmona, que em 1974 se passou a denominar Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos e é hoje uma das pujantes associações socioculturais e desportivas da cidade. Foi ainda construído um centro comercial e habitação coletiva, já que o Bairro era de casas unifamiliares, isoladas ou geminadas. Tem tido sempre uma atenção especial por parte da população que pretende uma habitação numa comunidade dinâmica e com boas acessibilidades, não sendo de estranhar as continuadas reabilitações das moradias que foram construídas nas décadas de 1940 e 1950.

Se bem que denominado de casas económicas, o Bairro de S. Jerónimo, na Cumeada, é destinado também a funcionários públicos mas com mais rendimentos. Sendo uma proposta de habitação para a classe média, vai aproveitar uma área alta da cidade espalhando-se da cumeada do Alto de Santo António pelo Vale dos Tovins até ao Vale do Calhabé, na parte baixa. Faz parte da localidade de Santo António dos Olivais e coalesce, hoje, com um dos projetos habitacionais mais elitistas da cidade, denominado Quinta de S. Jerónimo.

No momento da sua construção, todos estes bairros eram periféricos e serviram de polos geradores e aglutinadores de cidade. Hoje integrados na cidade, assumem as lógicas de ordenamento e desenvolvimento da cidade. A segunda fase de desenvolvimento dos bairros sociais, em Coimbra, dependeu em muito do poder autárquico e das políticas do poder central de apoio à habitação do pós 25 de abril (SAAL, PROHABITA, FFH, IGAPHE), com foi referido acima

Nesta fase surgem ou reabilitam-se o Bairro da Relvinha, Bairro Fonte da Talha (102 habitações e 1 espaço comercial; Freguesia de Santo António dos Olivais, 1973), do Bairro do Ingote (223 habitações, na Freguesia de Eiras, 1975), da 2ª fase do Bairro do Ingote (Ex IGAPHE) com 145 habitações, 1984) do Bairro António Sérgio (144 apartamentos, de 1987 a 1989), do Bairro da Rosa (222 habitações, na Freguesia de Eiras, 1996) e do bairro da Conchada, que como referido acima teve em 1998 a construção de 28 habitações, pertencente à Freguesia de Santa Cruz.

O Bairro da Relvinha foi integrado no programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), de forma a melhorar as suas condições de vida começando e pela atribuição de uma habitação condigna, substituindo as barracas de madeira existentes. Tratou-se de um processo de autoconstrução, com apoio técnico, tendo-se conseguido o realojamento de vinte e oito famílias, que desde 1954 viviam em habitações muito degradadas. Este bairro coalesce com o Bairro da Polícia de Segurança Pública, que alojava os polícias e as suas famílias. Existe, todavia, um outro Bairro da Polícia, na área do Vale das Flores, junto ao antigo Bairro da Fundação Salazar, depois denominado Bairro 2 de Maio, também eles associados à criação de Habitação Económica para Trabalhadores de classe média-baixa.

Atualmente a principal área de habitação social é o planalto do Ingote, associado durante muito tempo a uma lixeira municipal, veio a ser reabilitado com os projetos de bairros sociais que aí foram implantados: as duas fases do Ingote, o António Sérgio e o da Rosa.

O velho centro e as novas centralidades

A importância simbólica de Coimbra manifesta-se de numerosas formas, muito para além do seu centro histórico, para uma parte significativa das pessoas que o utilizam. Uma delas, indicativa de relações não hierárquicas, é a geminação com outras cidades nos diversos continentes. São elas: Estados Unidos: Santa Clara da Califórnia, Cambridge; Brasil: Santos, São Paulo, Curitiba; Alemanha: Halle; França: Poitiers, Aix-en-Provence; Espanha: Salamanca, Santiago de Compostela, Saragoça; Rússia: Yaroslavl;

Marrocos: Fés; Cabo Verde: Mindelo; Moçambique, Beira; China: Macau; Itália, Pádua; Timor Leste: Dili; Índia: Damão; Luxemburgo: Esch-sur-Alzette e Suécia: Lund. Estas relações manifestam-se com segregações positivas que permitem potencializar uma imagem muito atrativa de Coimbra pelo mundo fora.

Este caráter simbólico é também materializado na imagem da Universidade e na atratividade conseguida junto de milhares de estudantes que para aqui vêm estudar, especialmente ao abrigo das Licenciaturas Internacionais, dos Programas Erasmus e Mundus, entre outros. Nos últimos anos esta atratividade sucede também ao nível dos 2º e 3º ciclos e mesmo na formação mais avançada de pós-doutoramentos. As Festas dos Estudantes (Latada e Queima da Fitas) e os Cortejos da Rainha Santa Isabel, estes a repetem-se de dois em dois anos, são também uma forma de potenciar a importância simbólica da cidade. Em ambos os casos é o centro velho, o centro histórico urbano, que serve de palco, nas duas margens do rio, às ações e atividades de estudantes, crentes e turistas. Esta participação inclusiva do rio evidencia a existência de um centro histórico que vai para além da Alta/Baixa e se estende até ao Rossio de Santa Clara, integrando o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o Convento de São Francisco (Centro de Convenções de Coimbra a partir de 2013) e o Portugal dos Pequenitos, obra da lavra de Bissaya Barreto e que é claramente uma das marcas mais importantes da cidade de Coimbra.

Poderíamos continuar a enunciar modos de valorização simbólica nas relações externa e internacionais mas é importante dar expressão ao caráter simbólico do velho centro. Importa referir que Coimbra entrou no século XXI como uma cidade com uma operacionalização diversa da sua organização interna. A década de 90 do século passado foi testemunha de uma desmultiplicação da centralidade urbana associada não propriamente a um aumento do espaço urbano mas a uma densificação construtiva e refuncionalização de espaços intersticiais através da promoção de novos loteamentos.

Quanto aos projetos de referência associados ao velho centro, importa salientar algumas iniciativas de grande impacto na cidade e na imagem da cidade de Coimbra. O Gabinete para o Centro Histórico (GCH) tem uma importância basilar na cidade de Coimbra. É a principal referência em termos de poder institucional autárquico que tem gerido a maior parte dos programas de valorização do velho centro tanto ao nível dos programas de apoio à construção e requalificação urbana, como os relacionados com as Sociedades de Reabilitação Urbana (Coimbra Viva, SRU Sociedade de Reabilitação Urbana SA) e com os Programas de integração europeia em estudos comparativos e *benchmarking* (Valuo – Evolução do Mercado Imobiliário em Zonas de Intervenção Pública em Centros Históricos e Urbe Viva – Construção de Novos Modelos de Revitalização Económica de Áreas Urbanas Centrais). No caso do GCH procura-se que as intervenções sejam sempre suportadas por estudos de diagnóstico socioeconómico de forma a tornar o mais inclusivo possível o espaço de vida e as populações residentes na área. Esta orientação é, de facto, uma missão procurando-se um trabalho de proximidade com a população local, de modo a atingir um nível de confiança entre equipa e a população que permita intervenções mais rápidas, menos burocratizadas e que possam ir ao encontro dos desejos da população, quando é possível enquadrá-los nos objetivos estratégicos. Em termos práticos existe um apoio direto à execução de projetos e de obras e a isenção de taxas de licenciamento para a reabilitação de edifícios no Centro Histórico Urbano. A isto se junta a gestão de Programas de Apoio à Reabilitação Urbana, como o REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal), o SOLARH (Programa de Solidariedade à Recuperação de Habitação) e o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação).

Ainda no âmbito das atividades do GCH e em colaboração com outras instituições, de que se destaca a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra – Baixa ConVida (APBC) são promovidas ações e atividades que procuram dar ao Centro Histórico Urbano uma maior dinâmica socioeconómica. Dentro deste âmbito estão ações como o Centro da Brincadeira (monitores que ficam com as crianças permitindo aos pais mais mobilidade), a animação temática de épocas festivas, o Vitrinismo e Merchandising (com concursos), as Noites Brancas (abertura dos estabelecimentos comerciais até às 24H00), as Montras Vivas, a

Praça do Pão.come (em colaboração com a Associação do Comércio e Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares), o Downtown, utilizando a ligação Alta-baixa pelo seio do Centro Histórico. A estas ações juntam-se outras como o Dia Europeu sem Carros, a Jornadas e Colóquios sobre Património e a criação de Rotas, como aquela que valoriza as personalidades que viveram o Centro Histórico Urbano de Coimbra (Zeca Afonso, Carlos Paredes, António Nobre, Eça de Queirós)As duas últimas décadas foram decisivas ao nível da intervenção no Centro Histórico Urbano de Coimbra. Surgem diversos projetos de que importa salientar aqui três: O programa PolisCoimbra, Comissão Interdisciplinar da Baixa (CIB) e Candidatura da Universidade a Património Mundial.

A CIB foi nomeada em 2003 para acompanhar os trabalhos de plano de estrutura para os projetos a desenvolver no âmbito das Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU's) e dar ênfase ao acompanhamento e dinamização de iniciativas de privados que tivessem intervenções para a zona. Foram valorizados diversos vetores de operacionalidade salientando-se as empresas quarteirão e o urbanismo de proximidade, com a incidência na proteção e promoção do Centro Histórico, na gestão e planeamento da renovação urbana e na sustentabilidade ambiental e energética. Esta Comissão foi relevante porque teve como critérios de intervenção os propósitos de dotar a baixa de boas condições de habitabilidade, atenuar o envelhecimento da população no centro histórico urbano, promover a diversidade funcional com o intuito de criar as condições para a melhoria da qualidade de vida geral da população. A área de intervenção foi toda a Baixa e Beira Rio, entre o Largo da Portagem e um alinhamento perpendicular ao Mondego coincidente com o final da Rua de Aveiro na sua interceção com a Rua da Figueira da Foz. Os limites a este (SE e NE) integram todos os edifícios com ligação à rua Visconde da Luz e Rua Corpo de Deus, excluindo o mercado Municipal D. Pedro V, entroncando na parte superior da rua de Saragoça, seguindo pela Rua Infante D. Henrique, na área da Conchada, ligando depois à Rua de Aveiro. A meta foi a promoção da atração de novos habitantes e o ajustamento de equipamentos e serviços (públicos e privados) de suporte à nova população, valorizando os espaços públicos e revitalizando a Baixa. As áreas de intervenção prioritárias foram aquelas que apresentavam maior degradação do edificado e comprometiam as condições de habitabilidade e salubridade (áreas em torno da intervenção urbanística vulgarmente conhecida com Bota-Abaixo, que inclui o Terreiro da Erva e as edificações que estariam projetadas para demolição na ligação do metro de superfície entre a Av. Fernão de Magalhães e a Câmara Municipal de Coimbra/Praça 8 de Maio).

Por seu lado, o Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Polis) surge em Coimbra como a iniciativa que veio devolver o rio à cidade. Durante muito tempo o rio funciona como barreira. As ligações pedonais não existiam e o rio apenas era acessível através do Parque Manuel Braga e, ainda assim, com um grande muro de sustentação que afastava as pessoas da água. Por seu lado, a margem esquerda, mais baixa e acessível às águas do Mondego, não apresentava qualquer tipo de ordenamento, o que afastava a população. Assim, os propósitos do Programa Polis, de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental marcante e de revitalização dos centros históricos e das suas múltiplas valências, encontrou em Coimbra uma expressão superlativa. Esta expressão é ainda enfatizada pela candidatura efetuada junto da Unesco, pela Universidade, para lugar Património Mundial. De facto, o Parque Verde do Mondego ganha, no centro histórico urbano um estatuto de centro de lazer, desporto e cultura que ofereceu a este velho centro uma nova vida. Conseguindo a proeza de tornar as duas margens num só território, através, também, da construção de mais um dos ícones da cidade, a ponte pedonal Pedro e Inês, este Parque vai integrar um conjunto de estruturas e equipamentos que permitem, desde logo uma maior afluência de pessoas em período noturno (especialmente na área que passa a ser denominada por Docas e serve de espaço de restauração e sociabilização). No mesmo sentido, o período diurno, para além de uma utilização das Docas, por um outro público, ganha dois espaços de exposição e museologia (Museu da Água e o Pavilhão de Portugal de Hannover), eventos diversos de lazer e cultura, e um imenso espaço verde, servido de um estacionamento de grande acessibilidade que permite que seja

utilizado por uma população muito eclética. Ligado a todo este espaço de serviços e lazer fica, na margem esquerda, a Praça da Canção, terreiro das festas estudantis da academia de Coimbra e de eventos musicais diversos, agora com um recinto mais acolhedor e organizado. A sua envolvência é efetuada com um espaço verde muito bem equipado e organizado, entre parques de estacionamento, estacionamento equipado para autocaravanas, restaurante, espaços públicos de desporto, áreas de acolhimento dos clubes com atividades náuticas e um centro Ciência Viva, que nos leva até ao que resta dos laranjais de Coimbra. Tudo isto se desenvolve nas margens do Mondego, no seu percurso norte/sul dentro da cidade.

Todavia, o velho centro apresenta já outras intervenções significativas, na sua margem esquerda. A referência vai para o reabilitado e revitalizado Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, extensão do espaço verde do Parque, para oeste da Av. Inês de Castro e com acessos através de passagens subterrâneas. As suas imediações albergam uma feira de antiguidades semanal e no seu recinto muralhado encontramos um terceiro espaço museológico nesta área da cidade, a oferta de mais um espaço de restauração e todo o espólio do património construído do Mosteiro e do Palácio onde viveu a Rainha Santa Isabel. A estas intervenções juntar-se-ão ainda a do Centro de Congressos, que ficará estribado no Convento de S. Francisco, e em termos de acessibilidade o desnivelamento da Avenida Inês de Castro que permitirá uma fluência de trânsito significativa e um maior espaço público de lazer, animação e cultura, integrando o Rossio de Santa Clara no conjunto da área de intervenção. Assim, revitalizar o centro, centrando a cidade no rio, o tratamento paisagístico das margens, o arranjo urbano público, serviram para promover as relações entre as margens e deixar mais acessíveis a histórica Quinta das Lágrimas e o Portugal dos Pequenitos.

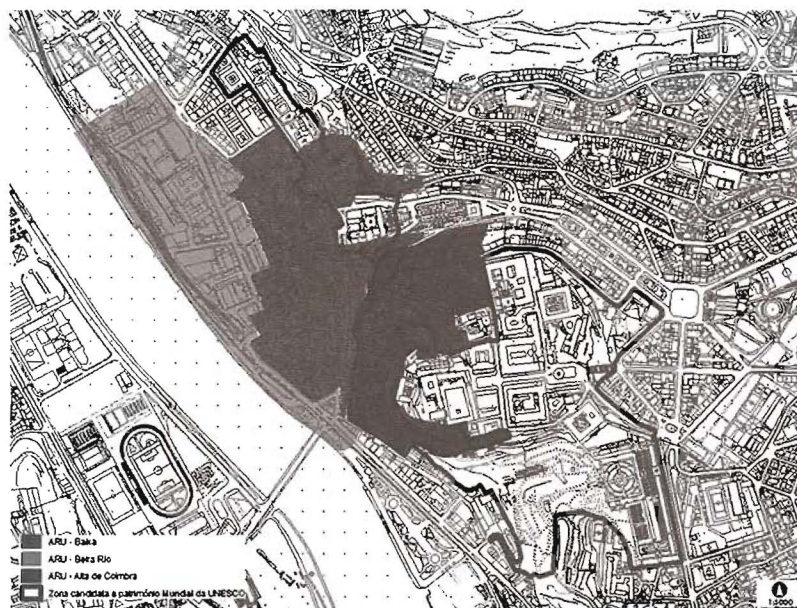


Figura 5. Áreas de reabilitação urbana no Centro Histórico de Coimbra.
Fonte: Gabinete para o Centro Histórico.

O velho centro é também o território que integra os lugares que se candidataram a Património Mundial da Unesco (Figura 5). É Matilde Rosa Araújo, curadora do Museu Nacional Machado de Castro que, em 1982, dá ênfase à ideia de candidatar o Centro Histórico à lista da Unesco. O processo arrasta-se ao longo de 20 anos e a restrição de aceitação de candidaturas relativas a Centros Históricos, a política de *bulldozer* do Estado

Novo na Alta de Coimbra e as alterações sofridas pelo Pátio das Escolas colocou em risco a candidatura. Esta situação levou a Câmara Municipal e a Universidade a celebrarem um protocolo para que a candidatura fosse da Universidade. A candidatura da Univer(sc)idade de Coimbra (2004), procura uma

identidade com a cidade, integrando elementos que marcam como a história da cidade, a Alta e a Baixa, os programas de requalificação urbana, o projeto do Metro Mondego, as tradições académicas e tradições populares. A este projeto fica ainda associada a Rua da Sofia com os seus colégios universitários, que chegaram a ser, no total, de 7 mosteiros e 22 colégios. A candidatura que conta, já hoje, com as obras de valorização e recuperação do Museu Nacional Machado de Castro integrou, ainda, mais projetos, alguns deles já concluídos, uns em vias de conclusão, outros adiados: a requalificação do Pátio das Escolas; a requalificação do edifício da Associação Académica de Coimbra; a construção do parque de estacionamento no largo D. Dinis; a criação da Biblioteca da Faculdade de Direito (na atual Faculdade de Farmácia); a requalificação do Laboratório Chimico; a requalificação do Teatro Paulo Quintela (na Faculdade de Letras); a Reconversão da Casa das Caldeiras e a Requalificação do auditório da Reitoria e espaços envolventes.

Para concluir importa fazer referência à estratégia de reabilitação proposta para o centro histórico urbano e que foi motivo de análise aprofundada pela Parque Expo, já no ano de 2012, com o documento de trabalho *A Estratégia de Reabilitação Urbana*, que na sua Parte I apresenta a Visão para o centro Urbano (Parque Expo, Parte I, 2012). Assim utilizar-se-ão as ideias fortes deste documento sempre que a interpretação for coincidente com a linha de orientação deste texto.

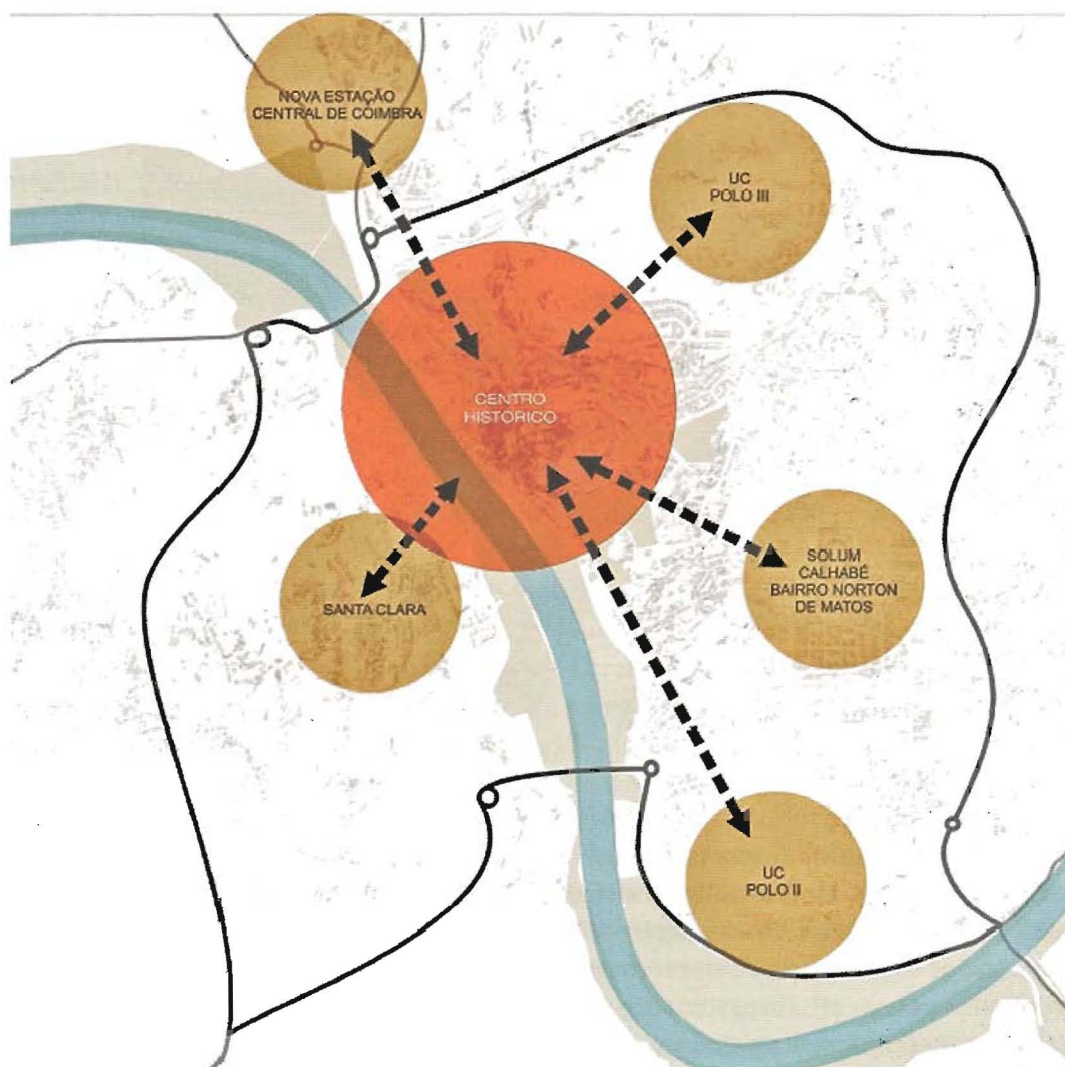


Figura 6. Visão para o Centro Histórico de Coimbra.
Fonte: Parque Expo, Parte I (2012)

A ideia forte (Figura 6) é a constituição do Centro Histórico como catalisador das potencialidades da cidade, refletindo-se nele a pujança e capacidade de Coimbra organizar o território regional, promover os seus produtos, recriar o seus recursos e valorizar as densidades relacionais e a sua expressão territorial, através da concentração plasmada das funções centrais. Nesta perspetiva é proposto que, no velho centro, se impulse a qualificação do comércio e serviços e, no seio destes, dar especial relevância aos turísticos – hotelaria e restauração. Importa, também, incrementar a função residencial no interior do Centro Histórico, sendo a Baixa e envolvente o alvo principal deste incremento. Deste modo, através da densificação da multifuncionalidade e do reforço das conexões e da mobilidade (Parque EXPO, 2012) será possível melhor contribuir para a formação sustentada da metrópole de Coimbra.

Perante a consumada organização policêntrica, que concorreu para o esvaziamento do Centro Histórico, é preciso fazer recrudescer a importância deste último sem reduzir a importância dos elementos centrais de desenvolvimento dos centros novos. A coesão oferecida pelo velho centro assenta na multifuncionalidade, no património cultural e na relação singular com o rio. Esta coesão surge robustecida porque consegue-se combinar um carácter simbólico e imaterial, sem equivalente na malha urbana ou na rede de cidades da sua área de influência, com a concertação das atividades económicas existentes com outras emergentes (animação, lazer, turismo, cultura) e uma qualificação da vivência quotidiana das populações. Por seu lado, o rio é um dos elementos fulcrais desta coesão ao conseguir a proeza de tornar as duas margens num só território, como acima já ficou escrito. Por isso, este reforço de centralidade do Centro Histórico é inclusivo e integra Santa Clara, enquanto aguarda pelos investimentos na área envolvente à Nova Estação Central de Coimbra que, para além de melhorar em muito as acessibilidades, qualificará significativamente a frente ribeirinha. Na verdade,

“a afirmação da centralidade de Coimbra na Região e o robustecimento e eficiência do seu modelo urbano dificilmente se conseguirão atingir sem o fortalecimento do Centro Histórico, que deve constituir-se como o elemento central e unificador do sistema urbano policêntrico, quer através da sua articulação com as outras polaridades da cidade, que o complementam, quer através da combinação e potenciação das suas vocações, que o diferenciam” (PARQUE EXPO, Parte I, 2012, 10).

Percebe-se uma importância acrescida do Centro Histórico que se reflete também na centralidade turística que lhe é atribuída. O Plano Estratégico de Coimbra aponta o Turismo de Negócios, o Turismo de golfe e o Turismo ativo, como produtos a desenvolver, em função da qualidade da oferta.

Importa referir que esta estratégia não está ausente do Centro Histórico. Com certeza que a diversidade da oferta está difundida por toda a cidade (no caso do Turismo de negócios) mas encontra no Centro Histórico os principais equipamentos (Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, Auditório da Faculdade de Direito, Teatro Paulo Quintela (a necessitar de intervenção urgente), Teatro Académico Gil Vicente – nas franjas do Centro –, a partir de 2033, com atrás ficou referido, o novo Centro de Congressos no Convento de S. Francisco, integrado na extensão do Centro Histórico na margem esquerda do rio Mondego, e o projeto da Arena – da REFER/Invesfer Estação B – que municiará Coimbra com equipamentos para eventos com mais de 1.000 participantes, de que hoje não dispõe. Por seu lado, o Turismo de Golfe tem na Quinta das Lágrimas – simultaneamente uma atração e um produto turístico – uma oferta de qualidade, bem acessível e integrada no Centro Histórico. Quanto ao Turismo ativo, se bem que ele esteja essencialmente na envolvente da cidade (Campos do Mondego, Serra de Sicó, Serra da Lousã, Paul de Arzila, Serra do Buçaco – fazendo apenas referência aos grandes elementos naturais envolventes), atividades náuticas no Rio Mondego e atividades radicais (com o arborismo na Mata do Botânico) são também inclusivas ao Centro Histórico.

Pelo que fica dito deve depreender-se a grande qualidade e diversidade das valências do Centro Histórico de Coimbra, todavia, importa sublinhar mais dois ou três elementos fundamentais.



Figura 7. Espaços de potencial turístico no Centro Histórico de Coimbra.
 Fonte: Adaptado de Plano Estratégico de Coimbra, V2, 2006.

Assumindo o centro histórico como principal área de valorização turística de Coimbra, a tipologia que mais impera é a do Turismo Patrimonial e Histórico (Figura 7), que tem no Centro Histórico o seu ponto nevrálgico, como se pode depreender pelo que foi sendo escrito ao longo deste texto. Os 27 imóveis classificados ou em vias de classificação pelo IGESPAR, de um total de 54 imóveis classificados dá a este espaço "uma densidade patrimonial ímpar em Portugal e sustenta a Marca Coimbra na sua vertente de 'Cidade do Património'" (Plano Estratégico de Coimbra, V2, 2006).

Esta leitura é corroborada pelo inquérito efetuado à população turista de visita à cidade de Coimbra, efetuado durante o ano de 2011, com a colaboração da Câmara Municipal de Coimbra e da Área de Turismo do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras. Sabendo-se que a estada média do turista é muito reduzida (não chegando aos dois dias) e que existe uma grande diversidade e qualidade da oferta, importava saber como aumentar o tempo de permanência do visitante. Esse desiderato implicava o conhecimento do perfil do turista. No âmbito desse reconhecimento foi possível verificar que, para os turistas, as atrações de Coimbra estão intimamente relacionadas com o Centro Histórico, ancoradas na Universidade (Pólo I). A Figura 8 permite confirmar que é o Centro Histórico de Coimbra que motiva a visita, já que tanto o *Património Monumental*, como a *Vida Académica*, assim como a *Topografia* e o *Mondego* se referem a uma área bem identificada que corresponde à Alta e à Baixa da cidade (o Centro Histórico), corroboradas ainda nas referências à *Universidade* e ao *Centro Histórico* como atrações.

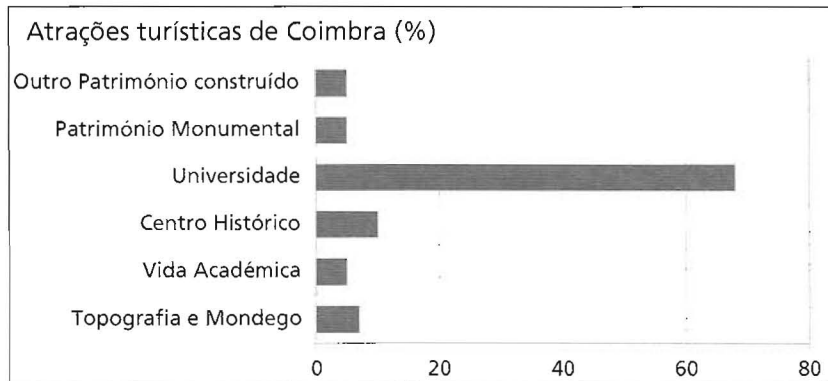


Figura 8. Elementos de atração segundo os turistas em visita à cidade de Coimbra.

Fonte: Adaptado de Medeiros, 2012.

O Velho Centro em reabilitação tem estado na base da diversificação e do aprofundamento da oferta turística, na área de Coimbra, associada aos produtos *City-Break* e Turismo Cultural e Urbano. Parece evidente que num futuro próximo, até porque o Plano Estratégico para o Turismo (PENT Revisão 2) assim o propõe, haverá um reforço da competitividade da oferta do Património Religioso (material e imaterial) enquanto produto turístico, através: da importância de Santo António e da sua relação com os cruzios e o Convento de Santa Cruz; da valorização das festas da Rainha Santa Isabel, que liga o Centro Histórico entre as duas margens do Rio Mondego, unindo conventos; da presença da áurea da Irmã Lúcia, ancorada no Carmelo de Santa Teresa e na ordem das Carmelitas. É, também, de todo pertinente referir a importância da cidade em termos gastronómicos. Se bem que na dependência da sua Marca turística surjam o leitão, a chanfana, o espumante da bairrada, o pastel de Tentúgal (para salientar aqueles que maior projeção apresentam), o Centro Histórico concatena toda uma diversidade de doçaria associada aos conventos e tradições.

Assim, a cidade de Coimbra organizada em torno de um velho centro rejuvenescido e qualificado em termos ambientais, socioeconómicos e, claramente, arquitetónicos e urbanísticos, cresce cada vez mais em torno do rio e do Centro Histórico Urbano (agora unindo as margens do Mondego). O velho centro está hoje a conseguir a consolidação de uma estratégia de vanguarda na organização da cidade e região, com algumas vantagens comparativas perante os novos espaços comerciais e o policentrismo emergente. A tradição, a identidade e o fomento da experiência participativa, são elementos inovadores fundacionais que utilizando o património monumental, o construído e o imaterial, fomentam uma densidade cultural e lúdica de qualidade superlativa que torna o centro histórico urbano num produto simultaneamente de tradição e de inovação.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. A Evolução Urbanística de Coimbra: das origens a 1940. Cadernos de Geografia. 1999: N.º Especial, 1-10.
- ALEXANDRE, JAA. O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento e cidades de média dimensão. Aveiro: Departamento de Ambiente e Ordenamento, 2003. <http://br.monografias.com/trabalhos/planeamento-cidades/planeamento-cidades.shtml>, em 29 de Setembro de 2012
- ASCHER, F. Metapolis. Acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta, 1998.
- BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia Urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1983.
- BRITO-HENRIQUES, E., André, I., Vale, M. Se vogliamo che tutto rimanga come è, sidonha che tutto cambi"? Instituições, inovação e plasticidade dos lugares. Lisboa: APGEO. 2012. http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/068.pdf (15 de agosto 2012)
- CAMAGNI, R. Príncipes et modeles de l'économie urbaine. Paris: Económica. Association de Science Régionale de Langue Française. Bibliothèque de Science Régionale. 1992
- Comissão Interdisciplinar da Baixa (CIB). Relatório Renovação urbana da Baixa de Coimbra. Câmara Municipal de Coimbra: Coimbra. 2005.
- FERNANDES, JLS. Requalificação da periferia urbana. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra. Lisboa: ISCTE, 2008.
- FLORIDA, R. Cities and the creative class. New York: Routledge, 2005.
- FREIRIA, SC. Expansão urbana e riscos naturais. O caso de Coimbra. Coimbra: Mestrado Dinâmicas Naturais e Riscos Naturais. 2009.
- Gabinete para o Centro Histórico (GCH). Gestão Participada do Gabinete para o Centro Histórico. Coimbra. <http://gch.cm-coimbra.pt/>, acedido entre julho e setembro de 2012.
- GAMA, A. Processos sociais e urbanização. Dinamismos socioeconómicos e (re)organização territorial. Coimbra: IEG. 1996.
- GAMA, A. Urbanização difusa e territorialidade local. Revista Crítica de Ciências Sociais, 34, vol III. 1992.
- HALL, P. Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century. Blackwell: Oxford. 1988.
- INE. Instituto Nacional de Estatística, Recenseamentos da População, 1981, 1991, 2001 e 2011. Lisboa: INE.
- LACAZE, J-P. A cidade e o urbanismo. Biblioteca Básica de Ciências e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget. 1999.
- LEFÈBVRE, H. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1978.
- LEFÈBVRE, H. La revolution urbaine. Paris: Anthropos. 1970.
- LYNCH, K. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, Arte e Comunicação. 1996.
- MARTINS, AF. Esta Coimbra. Alguns apontamentos para uma palestra. Cadernos de Geografia, n.º 1. 1983, 1ª Ed. 1953. 35-78.
- MEDEIROS, MA. O Destino Coimbra. A Procura, a Oferta e o Perfil do Turista que visita a cidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado, Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- Parque Expo, Parte I. Visão para o Centro Histórico. A Estratégia de Reabilitação Urbana. Coimbra. 2012
- PILE, S. Real cities. Modernity, space, and the phantasmagories of city life. London: Sage. 2005.

- Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra. Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório de Definição do Âmbito. CMC: Departamento de Planeamento, Divisão de Ordenamento e Estratégia. 2009.
- Plano Estratégico de Coimbra, Diagnóstico Preliminar – Vol. 1/2, Deloitte, Vasco da Cunha, Rev. 1, 2006
- Plano Estratégico de Coimbra, Diagnóstico Preliminar – Vol. 2/2, Deloitte, Vasco da Cunha, Rev. 1, 2006
- Plano Estratégico de Coimbra, Documento Base, Plano Estratégico de Coimbra. Deloitte e Vasco da Cunha. 2009.
- Polis XXI. A identidade dos lugares e a representação coletiva. Lisboa: DGOTDU, Política de Cidades. 2008.
- PolisCoimbra. Plano Estratégico de Coimbra, ViverCoimbra, Programa Polis. S/data.
- REIS, J. O Paradoxo de Coimbra: relações inter-territoriais e espaço público. *Arquitectura*, 21, 6, 2009. 62-63.
- REYNAUD, A. *Société, Espace et Justice: inégalités régionales et justice socio-spatiale*. Paris: PUF. 1981.
- SANTOS, NP. A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. Lisboa:, Colibri, CEGC, 2001. 565 p.
- SANTOS, NP. Cidade e Sustentabilidade Territorial. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. 10, n.º 23. 2011. 7-22.
- SANTOS, NP. Cidade. Espaço social e espaço vivido. Caetano, L. (coord.) *Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos: Coimbra. 2003
- SANTOS, NP. Cidade: património e espaço de vida. Passos, MM., Cunha, L. Jacinto, R. (Orgs), *As novas geografias dos países de Língua Portuguesa*. São Paulo, Outras Expressões. 2012. 435-467.
- SANTOS, NP. Gama, R. Região Centro: um estilo de vida não metropolitano. O crescimento urbano difuso e o crescimento por concentração. *Cadernos de Geografia*, 18. 1999. 139-150.
- SOJA, EW. *Postmodern geographies. The reassertion of space in critical social theory*. New York: Verso. 1989.
- SOJA, EW. *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2010.
- TEIXEIRA, MC. As estratégias de habitação em Portugal. *Análise Social*, vol. XXVII,115, 1. 1992.
- TUAN, Y-F. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980, 1.ª ed. 1974.